

ILUSTRÍSSIMA COMISSÃO ESPECIAL DE SELEÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUSA, DO MUNICÍPIO DE CABO FRIO -RJ

Ref. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16288/2024, EDITAL DE SELEÇÃO Nº 005/SEMUSA/2024

A Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos – INSV – Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 13.824.560/0001-02, com sede na Rua Sebastiao Dias, S N, Oliveira dos Campinhos, Santo Amaro//BA, CEP 44.215-000, tempestivamente aos prazos legais, com fundamento no Artigo 165, § 1º, inciso I da Lei nº 14.133/21, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas, vem apresentar

CONTRARRAZÕES

Contra o Recurso Administrativo da licitante INSTITUTO ELISA DE CASTRO, associação civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.624.609/0001-55, pelos fatos e fundamentos expostos a seguir.

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org

I- DA TEMPESTIVIDADE:

Ab initio, cumpre demonstrar a tempestividade da presente, tendo em vista que o item 10.3 do Edital de seleção em tela, dispõe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de recursos, e, assim, 05 (cinco) dias úteis para apresentação de contrarrazões.

Desta forma, uma vez que o julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão pública ocorreu no dia 02 de outubro de 2024, o prazo de recursos se dará até o dia 09/10/2024, com prazo de contrarrazões até o dia 16/10/2024, a presente manifestação se mostra tempestiva.

II- DA CONTEXTUALIZAÇÃO FÁTICA.

A Secretaria Municipal de Saúde de Cabo Frio, doravante denominada SEMUSA, realizou o Chamamento Público nº 005/SEMUSA/2024, Processo Administrativo n.º 16288/2024, objetivando a Seleção para a escolha de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como organização social de saúde na área da saúde, no âmbito do município de Cabo Frio, para gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde na unidade municipal de pronto atendimento – UPA II Tamoios conforme especificações, quantitativos, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde e demais obrigações dispostas no Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

Após os procedimentos de praxe, foi proferida decisão do julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão publica onde as participantes foram pontuadas da seguinte forma: INSV – INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, detentora da maior nota 9,4 (nove virgula quatro), seguida do INSTITUTO GNOSIS, detentora da nota 8,5 (oito virgula cinco) e INSTITUTO ELISA DE CASTRO, detentora da nota 7,75 (sete virgula setenta e cinco).

Irresignado, o Instituto Elisa de Castro apresentou recurso administrativo para com as seguintes irresignações: i) que haveriam falhas nas informações prestadas pelas Recorridas; ii) que, ainda que não fossem desclassificadas, não poderiam ser vencedoras, pois não teriam cumprido o edital; no entanto, os fundamentos contidos no recurso administrativo não ultrapassam a barreira do inconformismo, bem como merecem ser desprovidos.

Assim sendo, cumpre a Recorrida, quanto ao mérito recursal, apenas por cautela, tecer o que segue por mero “amor ao debate”.

III- DO MÉRITO. DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS. DO EQUIVOCADO PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DA INSV.

III.1. – DA PROPOSTA TÉCNICA.

As Razões Recursais ora apresentadas pela Recorrente referem-se a alegações de falhas e descumprimentos de requisitos do edital que direcionaria à DESCLASSIFICAÇÃO da proposta apresentada pela Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos – INSV – Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória, as quais seguimos refutando-as respectivamente, conforme as alegações da recorrente em seu instrumento:

1. Ocorre que a proposta financeira apresentada prevê o piso de enfermagem, portanto não procede a alegação;
2. A proposta técnica no item das comissões apresenta a proposta de constituição (membros, finalidade), portanto a afirmação feita pela entidade não procede.

CCIH: MEMBROS DA EQUIPE. Páginas 105/106.

A comissão de CCIH é composta por profissionais de nível superior na área de saúde, que são classificados como consultores e executores. Os consultores representam os serviços médico, enfermagem, farmácia, laboratório de microbiologia e administração. Os membros executores representam o Serviço de Controle de Infecção Hospitalar (SCIH) e são eles os responsáveis diretos pela execução das ações do PCIH. É recomendável que pelo menos 01 (um) membro executor seja um profissional de enfermagem. Serão atribuições dos membros da CCIH, a saber

CIPA: MEMBROS DA EQUIPE. Páginas: 66

O perfil de membros que compõe esta Comissão é o profissional da unidade de representação do empregador e dos empregados, de acordo com o dimensionamento previsto no Quadro I da NR 5, ressalvadas as alterações disciplinadas em atos normativos para setores econômicos específicos, sendo os representantes dos empregadores, titulares e suplentes serão por eles

designados e os representantes dos empregados, titulares e suplentes, serão eleitos em escrutínio secreto, do qual participem, independentemente de filiação sindical, exclusivamente os empregados interessados.

O mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de um ano, permitida uma reeleição. O empregador designará entre seus representantes o Presidente da CIPA, e os representantes dos empregados escolherão entre os titulares o vice-presidente.

3. O Item 1 – II – Letra "e" do Edital: O link fornecido redireciona o usuário para a página de transparência existe a informação no site por unidade conforme captura (print) da tela nas páginas 71 até 77 da proposta técnica.

4. As descrições dos serviços estão bem definidas nas páginas 23 até a 100 da Proposta Técnica, de acordo com a metodologia de gestão da OS que é definida de acordo com a legislação SUS. Cabe a Comissão de Julgamento sendo conhecedora da proposta de gestão da secretaria de forma imparcial a definição se é cabível ou não; não sendo atribuição da entidade concorrente definir ou analisar se é carecendo de detalhamento e profundidade necessários para uma compreensão adequada das capacidades e estratégias da organização, já que este tipo de posicionamento fere a imparcialidade de julgamento, fazendo essa um posicionamento pessoal que a favoreça.

III.2. – DA ALEGAÇÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO POR INEXISTÊNCIA DE CEBAS.

Alega a Recorrente que a proposta apresentada pela por esta Recorrida possuiria vício insanável, que levaria a DESCLASSIFICAÇÃO posto que a inexistência de CEBAS impactaria na precificação da proposta.

Pois bem.

Como cediço, a Recorrida é entidade sem fins lucrativos, pessoa de direito privado, com personalidade jurídica e formada por grupos de indivíduos com objetivos comuns. **E sendo ela entidade sem fins lucrativos lhe é garantida a imunidade tributária.**

É cediço, que a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 145, atribuiu à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o poder de tributar. Todavia, tal competência não é absoluta.

As imunidades têm natureza jurídica dúplice na medida em que são ao mesmo tempo, **limitações constitucionais ao poder de tributar**, restringindo o poder do Fisco de instituir tributos, e também **garantias fundamentais do contribuinte**.

O *status* de garantias fundamentais do contribuinte quanto às limitações constitucionais ao poder de tributar decorre do disposto no art. 150, caput, da Constituição Federal, e mais especificamente no inciso VI, alínea c quanto as instituições sem fins lucrativos, nos seguintes termos:

“Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)

VI - instituir impostos sobre:

a) (...)

b) (...)

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

É dizer, não pode ser exigido destas entidades qualquer imposto que onere o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com suas finalidades essenciais.

Destaca-se que as ***imunidades tributárias constituem cláusulas pétreas***, considerando que as mesmas se tratam de garantias fundamentais, bem como haja vista que o art. 60, § 4º, IV da CF/88 prevê que não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir direitos e garantias fundamentais. **Portanto, as imunidades tributárias não podem ser reduzidas ou suprimidas por emenda constitucional.**

Importante mencionar que tal garantia constitucional não perde o seu *status de imunidade* ainda que o próprio texto constitucional utilize outra nomenclatura para se referir ao instituto discutido no presente artigo.

Diz-se isto, pois, a norma prevista no art. 195, § 7º, da CF utiliza a nomenclatura “isenção” para se referir à garantia constitucional, veja:

“§ 7º São isentas de contribuição para a seguridade social as entidades beneficentes de assistência social que atendam às exigências estabelecidas em lei.”

Embora o termo utilizado seja “isentas”, trata-se de imunidade porque o status constitucional prevalece sobre a nomenclatura utilizada. Inclusive, o próprio STF já se pronunciou nesse sentido em Controle Concentrado de Constitucionalidade:

“Controle concentrado de constitucionalidade

A criação de imunidade tributária é matéria típica do texto constitucional, enquanto a de isenção é versada na lei ordinária; não há, pois, invasão da área reservada à emenda constitucional quando a lei ordinária cria isenção. O poder público tem legitimidade para isentar contribuições por ele instituídas, nos limites das suas atribuições (art. 149 da Constituição).

[ADI 2.006 MC, rel. min. Maurício Corrêa, j. 1º-7-1999, P, DJ de 24-9-1999.]”

Sendo assim, a norma que concede a imunidade deve ser de aplicação imediata, por uma questão de lógica constitucional, uma vez que, repita-se, a Recorrida é uma entidade sem fins lucrativos, de cunho filantrópico, que presta serviços e adquire patrimônio em prol da própria instituição, sendo a imunidade a ela, autoaplicável, conforme verifica-se nos documentos e nas leis colacionadas neste, e, notadamente Estatuto da referida entidade mantenedora.

Para o acesso à imunidade a *tributos*, basta que as associações sem fins lucrativos classifiquem-se perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda, mediante apresentação do estatuto devidamente registrado em cartório, e este cadastramento demonstra o *status* de entidade imune.

Ainda que assim não fosse, é importante ressaltar que este Recorrida cumpre todos os requisitos disposto em lei complementar:

- Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestado;
- Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- Apresentar, anualmente, declaração de rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da secretaria da receita federal;

- Recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem como cumprir as obrigações acessórias daí decorrente;
- Assegurar a destinação de seu patrimônio à outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

Assim, cumprindo os requisitos acima, proceder ou não com a apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS não é exigência para o gozo da imunidade tributária às instituições sem fins lucrativos.

Tal fato é chancelado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, no julgamento do AgRg no AREsp 187.172-DF, que não condicionou a concessão da imunidade tributária, no caso, ao recolhimento dos impostos incidentes sobre o patrimônio, a renda e os serviços, à apresentação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS.

Segundo o voto do Relator, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, a entidade atendendo aos requisitos previstos em lei para ter direito à imunidade tributária, não procede a exigência do CEBAS para o reconhecimento do direito postulado.

Estes requisitos são aqueles previstos no Art. 14, do Código Tributário Nacional – CTN, ou seja: não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; aplicarem integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais; manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

É importante registrar que os requisitos legais impostos para que as entidades tenham direito ao CEBAS são extremamente amplos, cercados por exigências de cunho preponderantemente formal, o que, muitas vezes, dificulta que uma entidade obtenha o certificado, ainda que ela essencialmente cumpra com todos os requisitos legais para tanto.

Os Tribunais Pátrios são uníssomos neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COM PEDIDO ANULATÓRIO DE DÉBITO FISCAL C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICO/TRIBUTÁRIA C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. DECISÃO QUE INDEFERE O PLEITO LIMINAR. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA CONFERIDA ÀS ASSOCIAÇÕES DE EDUCAÇÃO E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS. ART. 150, INC. VI, C, § 4º, DA CF/88. PRESUNÇÃO RELATIVA. ÔNUS DA PROVA QUANTO AO DESATENDIMENTO DO DISPOSTO NO

ARTIGO 14 DO CTN, QUE CABE AO MUNICÍPIO. DESNECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DO CEBAS. CERTIFICADO MERAMENTE DECLARATÓRIO DE QUE A ENTIDADE JÁ PREENCHE OS REQUISITOS DE LEI. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 6º DA LC 187/2021. COMPROVAÇÃO QUE PODE SE DAR POR OUTRAS VIAS. ENTIDADE QUE COMPROVA AS EXIGÊNCIAS LEGAIS. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJ-PR 0037971-95.2023.8.16.0000 Londrina, Relator: José Sebastião Fagundes Cunha, Data de Julgamento: 12/12/2023, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/12/2023)

Desta forma, ainda que assistisse razão à Recorrente, o que não há, não haveria que se falar em desclassificação desta Recorrida ao passo que cumpriu todos as exigências editalícias, bem como sua imunidade tributária é autoaplicável, constitucionalmente prevista, de imunidade imediata.

IV- DOS DESCUMPRIMENTOS. EDITALÍCIOS POR PARTE DE RECORRENTE (INSTITUTO ELISA DE CASTRO)

Cumpre-se em face do julgamento dos Planos de Trabalho exarado em sessão na data supracitada onde as participantes foram pontuadas da seguinte forma: INSV – INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, detentora da maior nota 9,4 (nove vírgula quatro), seguida do INSTITUTO GNOSIS, detentora da nota 8,5 (oito vírgula cinco) e INSTITUTO ELISA DE CASTRO, detentora da nota 7,75 (sete vírgula setenta e cinco).

Sinalizar equívocos na aferição da atestação apresentada pela recorrente INSTITUTO ELISA DE CASTRO, ao arrepio das normas editalícias, logo se faz necessária uma avaliação pormenorizada, a fim de que, ao final seja revisada a pontuação com fulcro na legalidade e transparência do processo em tela. Veja.

O edital explicita suas exigências quanto a Comprovação da experiência e capacidade gerencial Hospitalar Própria da OSS, disciplinando:

A Comprovação da experiência é capacidade gerencial da OSS na prévia realização, de objetos de natureza semelhante.	3	(*) Atestados de capacidade técnica que certifique a <u>experiência em Gerência Hospitalar Própria com mais de 01 um na gestão de Unidade de Saúde com período mínimo de 12 (doze) meses, perfil de urgência e emergência, com no mínimo 20 (vinte) leitos, com o</u> que realize procedimentos de Média e Alta Complexidade, que constem na Tabela	12,5	50
---	---	---	------	----

(...)

		SUS. Aceito somatório de atestados sendo 2,5 (dois pontos e meio), pontos para cada ano apresentado, serão aceitos no máximo 05 (cinco) atestados.		
--	--	--	--	--

Sendo que o INSTITUTO ELISA DE CASTRO, não apresentou qualquer atestação que comprove da experiência e capacidade gerencial Hospitalar Própria em suas respectivas documentações apresentadas. Contudo ainda assim pontuou quando deveria ter tido zerado esse item.

Ademais, o edital explicita suas exigências quanto a comprovação da experiência e capacidade gerencial da OSS, na gestão de unidades de saúde, disciplinando:

		(*) Atestados de capacidade técnica Operacional que certifique a <u>experiência em gerência com mais de 01 na gestão de Unidade de Saúde com período mínimo de 12 (doze) meses, perfil de urgência e emergência, com no mínimo 20 (vinte) leitos</u> e que realize procedimentos de Média e Alta Complexidade, que constem na Tabela SUS. Aceito somatório de atestados sendo 2,5 (dois pontos e meio), pontos para cada ano apresentado, serão aceitos no máximo 05 (cinco) atestados.	12,5	
--	--	---	------	--

Ademais o INSTITUTO ELISA DE CASTRO, na documentação apresentada de sua atestação, não exibiu nenhum atestado que venha atender esta exigência editalícia, **logo a mesma deve ser zerada na pontuação a ela atribuída neste item!**

A presente irresignação se faz necessária, ao passo que a aceitação e pontuação conferida aos documentos acima citado viola primados péticos da Administração Pública, como o da estrita legalidade e vinculação ao instrumento convocatório.

Sendo a licitação um procedimento administrativo, cujo desenvolvimento se dá mediante uma série de atos sucessivos e coordenados, voltada, de um lado, a atender ao interesse público pela escolha do negócio mais vantajoso para a Administração, e de outro, a garantir a legalidade, princípio de fundamental importância para que os particulares possam disputar entre si – de forma justa – a participação em contratações que as pessoas jurídicas de direito público entendam realizar.

Dessa forma, deve o procedimento licitatório obedecer aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, eficiência, probidade administrativa, economicidade, desenvolvimento nacional sustentável, vinculação ao instrumento convocatório, obtenção de competitividade, julgamento objetivo, e dos que lhe são correlatos, como definido nos art. 37 da CF e art. 5º da Lei nº 14.133/2021, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Com arrimo em tais preceitos, é de se saber que os princípios se apresentam como o alicerce das normas que regem os atos administrativos e devem ser observados, sob pena de restar frustrada a existência, validade e eficácia da licitação pública.

Para mais, como se trata, também, de norma Constitucional, destaca-se que a Lei Maior determina que todos os procedimentos de natureza administrativa devem obedecer, de forma integral, aos supracitados princípios, notadamente considerando os preceitos pilares do sistema nacional, como é o caso do Estado Democrático de Direito.

O princípio da vinculação ao instrumento convocatório é corolário do princípio da legalidade e da objetividade das determinações habilitatórias. Impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no Edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Tal princípio determina que a Administração Pública deverá seguir de forma estrita a todas as regras que tenham sido previamente estipuladas para disciplinar e conduzir o certame. O princípio da vinculação ao instrumento convocatório possui extrema relevância, na medida em que vincula não só a Administração, como também os administrados às regras nele estipuladas.

Quando se fala em vinculação ao instrumento convocatório, há uma regra de obrigatoriedade para que a autoridade não omita regras e condições impostas para a participação e execução do contrato.

O princípio em comento, ao mesmo tempo em que privilegia a transparência do certame, garantindo a plena observância dos primados licitatórios, preceitua que o julgamento das propostas seja o mais objetivo possível e nos exatos termos das regras previamente estipuladas.

Celso Antônio Bandeira de Mello, há muito, ensina que *“o princípio da vinculação ao instrumento convocatório obriga a Administração a respeitar estritamente as regras que haja previamente estabelecido para disciplinar o certame”*, e que *“o princípio do julgamento objetivo, almeja como é evidente, impedir que a licitação seja decidida sob o influxo do subjetivismo, de sentimentos, impressões ou PROPÓSITOS PESSOAIS dos membros da comissão julgadora”*.

Complementa o Prof. Marçal Justen Filho que:

Se na oportunidade da edição do ato convocatório, a Administração reputou relevante certa exigência, não pode voltar atrás posteriormente. Não se admite que, na ocasião do julgamento, seja alterada a natureza da exigência (e, portanto, do vício). Não se pode ignorar uma exigência que fora veiculada como referida ao interesse público. Assim, se o ato convocatório exige planilhas, informações complexas, demonstrativos etc., sua ausência é causa de desclassificação. Se o ato convocatório impôs determinado requisito formal, há que reputar-se relevante e fundamentada a exigência – mormente se inexistiu tempestiva impugnação pelos licitantes. Era do conhecimento de todos que a exigência deveria ser cumprida. Quem não o fez, deverá arcar com as consequências da sua omissão.

Quanto ao tema, a jurisprudência pátria entende que a observância do princípio da vinculação ao edital de licitação é medida impositiva, interpretando-se este como um todo, de forma sistemática. Desta maneira, os termos editalícios devem ser cumpridos fielmente, sob pena de inabilitação.

REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO. EXIGÊNCIA DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA EM PERCENTUAL MÍNIMO DE 50% PARA TODOS OS ITENS LICITADOS. ILEGALIDADE. ACEITAÇÃO DE ATESTADOS DOS VENCEDORES EM DESACORDO COM O PRÓPRIO EDITAL. MALFERIMENTO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. APLICAÇÃO DE MULTA AOS RESPONSÁVEIS. DETERMINAÇÕES. PEDIDO DE REEXAME. CONHECIMENTO. NEGATIVA DE PROVIMENTO. (TCU, Acórdão 4091/2012, Segunda Câmara, rel. Min. AROLDO CEDRAZ, julgado em 12/06/2012)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. INGRESSO E REMOÇÃO NO SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL. AVALIAÇÃO DE TÍTULOS. PREVISÃO EDITALÍCIA. VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO. LITISCONSORTE PASSIVO. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A jurisprudência deste STJ é rigorosamente torrencial e uniforme quanto à obrigatoriedade de seguir-se fielmente as disposições editalícias como garantia do princípio da igualdade, e sem que isso signifique qualquer submissão a exigências de ordem meramente positivistas [...] 4. Agravo Regimental de MARCELO SACCOL COMASSETTO a que se nega provimento. (AgRg no RMS 31.211/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/09/2015, DJe 25/09/2015)

ADMINISTRATIVO. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. PREGÃO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. REQUISITO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA NÃO CUMPRIDO. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA DIFERENTE DA EXIGIDA. 1. A Corte de origem apreciou a demanda de modo suficiente, havendo se pronunciado acerca de todas as questões relevantes. É cediço que, quando o Tribunal a quo se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, não cabe falar em ofensa aos referidos dispositivos legais. Saliente-se, ademais, que o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, como de fato ocorreu na hipótese dos autos. 2. O Tribunal de origem entendeu de forma escorreita pela ausência de cumprimento do requisito editalício. Sabe-se que o procedimento licitatório é resguardado pelo princípio da vinculação ao edital; esta exigência é expressa no art. 41 da Lei n. 8.666/93. Tal artigo veda à Administração o descumprimento das normas contidas no edital. Sendo assim, se o edital prevê, conforme explicitado no acórdão recorrido (fl. 264), "a cópia autenticada da publicação no Diário Oficial da União do registro do alimento emitido pela Anvisa", este deve ser o documento apresentado para que o concorrente supra o requisito relativo à qualificação técnica. Seguindo tal raciocínio, se a empresa apresenta outra documentação - protocolo de pedido de renovação de registro - que não a requerida, não supre a exigência do edital. 3. Aceitar

documentação para suprir determinado requisito, que não foi a solicitada, é privilegiar um concorrente em detrimento de outros, o que feriria o princípio da igualdade entre os licitantes. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1178657/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/09/2010, DJe 08/10/2010)

Pois bem. *In casu*, ao pontuar atestações supracitadas, esta Comissão atentou contra normas editalícias, principalmente quando se trata de quesitos técnicos, fundamentais à prestação do objeto do edital, violando cruelmente a prescrição dos princípios licitatórios, em especial os da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo, sendo, portanto, cogente a reforma da decisão para excluir da pontuação das licitantes acima citadas as pontuações dissonantes com os critérios estabelecidos no Edital.

V- DO PEDIDO

Ante o exposto, requer que seja completamente indeferido o recurso proposto em função da inaplicabilidade de suas parcas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou a Santa Casa de Misericórdia de Oliveira dos Campinhos – INSV – Instituto de Saúde Nossa Senhora da Vitória, VENCEDORA do certame. Assim como a revisão da Nota da recorrente INSTITUTO ELISA DE CASTRO, com base no quanto pontuado neste instrumento. E assim seja dando prosseguimento as demais fases pertinentes do processo licitatório em tela.

Termos em que pede e aguarda deferimento.

Cabo Frio/RJ. 16 de outubro de 2024.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE OLIVEIRA DOS CAMPINHOS

INSV - INSTITUTO DE SAÚDE NOSSA SENHORA DA VITÓRIA

CNPJ: 13.824.560/0001-02

Valeriano José de Freitas Neto - Presidente do Conselho de Administração

SALVADOR - BA
(71) 2132-2477
AV. TANCREDO NEVES, 620,
SALA 602, CAMINHO DAS
ÁRVORES, SALVADOR - BA
CEP: 41.820-020

RIO DE JANEIRO - RJ
(21) 3400-8356
AV. DAS AMÉRICAS, 1155,
SALAS 1802/1803, BARRA DA
TIJUCA - RIO DE JANEIRO - RJ
CEP: 22.631-000

SÃO PAULO - SP
(11) 3845-1115
RUA ALCIDES LOURENÇO
DA ROCHA, 167, SALA 71,
BROOKLIN, SÃO PAULO - SP
CEP: 04.571-110

UNIDADES
BAHIA
MINAS GERAIS
RIO DE JANEIRO
SERGIPE
insvsaude.org